



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Departamento de Antropologia

GT MINC (port. nº 062 – 18.04.05)
Políticas Públicas para as Culturas Indígenas

RELATÓRIO FINAL DE PARTICIPAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO
DA ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Representante: Prof^ª Dr^a Maria Fátima Roberto Machado
Dept^o de Antropologia – UFMT

Cuiabá, 24 de abril de 2006

Apresentação

O **Ministério da Cultura**, através da **Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID)**, instituiu em 18 de abril de 2005 um Grupo de Trabalho (Port. MINC nº 062, publicada no DOU em 19 de abril de 2005) com a finalidade de indicar políticas públicas para as culturas indígenas, integrado por representantes das seguintes organizações indígenas e instituições:

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Articulação dos Povos Indígenas do NE, MG e ES – APOINME

Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX

Instituto de Tradições Indígenas – IDETI

Organização Indígena do Tocantins - OIT

Organização Resgate Crítico da Cultura Indígena do Paraná – ORCCIP

Conselho Estadual de Povos Indígenas de São Paulo – CEPISP

Museu Magüta – Conselho Geral do Povo Ticuna – CGTT - AM

Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID – MINC

Secretaria de Políticas Culturais – MINC

Secretaria de Articulação Institucional – MINC

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – MINC

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Museu Nacional (PPGAS) – UFRJ - RJ

Museu Rondon – (Deptº de Antropologia) - UFMT – MT

Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD – MJ

A criação do Grupo de Trabalho foi resultado dos encaminhamentos do **Fórum Cultural Mundial** promovido pelo **Ministério da Cultura** em São Paulo, em 2004, em resposta às recomendações do documento intitulado “Diretrizes para a Formulação de uma Política Cultural Referente aos Povos Indígenas”, contemplando seus anseios e suas singularidades dentro das novas diretrizes definidas pelo planejamento estratégico do Ministério.

Levando em consideração as especificidades do trabalho, a portaria de criação do GT, em seu artigo 4º, possibilitou o convite a representantes de instituições e entidades da sociedade civil, para participar pontualmente das reuniões, fazendo contribuições específicas dentro de suas áreas de atuação. Foram eles:

Secretaria Executiva do MINC – Letícia Schwarcz

Secretaria de Programas e Projetos do MINC – Célio Turino

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – Telma Santos

Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MINC – Marcelo Reges

Programa Fome de Livro/MINC – Galeno Amorim

Secretaria da Articulação Institucional – Roberto Lima

CAPEMA – MEC – Márcia Spyer

DMAC – Deptº de Cultura do MRE – Marcelo Dantas

DEAOT – Ministério do Turismo – Carolina Campos

Assessoria de Comunicação Social do MINC – José Eduardo Mendonça

Secretaria de Comunicação do Governo e Ação Estratégica – Karla Lopes Mendes

Núcleo de Assuntos Indígenas do CEPAM – SP

Foram realizadas, ao longo de 2005 e até abril de 2006, cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária, além da participação de membros do GT na Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005.

O documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Cultural Referente aos Povos Indígenas” foi formulado em julho de 2004, no ciclo de debates intitulado **Presença Indígena no Fórum Cultural Mundial**, promovido pelo LACED/Museu Nacional, INPSO/Fundação Joaquim Nabuco, Raízes da Tradição e lideranças indígenas de vários estados e regiões, sob a coordenação de duas das maiores organizações indígenas do país: COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Os participantes desse ciclo de debates encaminharam ao **Ministério da Cultura**, através da **Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural**, na pessoa do Secretário, Sr. Sérgio Duarte Mamberti, em 02 de julho de 2004, o documento com recomendações para a formulação de políticas públicas contemplando as culturas indígenas.

Esse documento explicita que o pressuposto básico para a elaboração dessa política é a grande diversidade cultural representada pelos 220 povos, falantes de 180 línguas, habitantes de um país com dimensões continentais, em diferentes situações econômicas, políticas e ambientais. Essa diversidade implica em estratégias políticas também diferenciadas, que nos últimos anos começaram a se conectar, através da constituição de um movimento indígena no Brasil, alicerçado a partir da COIAB e da APOINME. A Constituição de 1988 reconheceu a capacidade civil dos índios, legitimando de suas formas de organização e expressões culturais, assim como a homologação, pelo governo brasileiro, da Convenção 169 da OIT, consolidou o respeito às diferenças e ao diálogo intercultural. É uma nova perspectiva jurídica, que rompe com os princípios da política indigenista autoritária e assimilacionista praticada historicamente no Brasil.

As diretrizes recomendadas estão em sintonia com o novo marco jurídico, considerando a consciência e o grau de mobilização dos povos indígenas, uma vez que o fim da tutela não pode significar o descompromisso do Estado com essas coletividades que habitam o território nacional e que são igualmente guardiãs do nosso patrimônio cultural.

Nesse sentido, foram estabelecidos **quatro eixos temáticos fundamentais**, norteadores dos trabalhos do GT posteriormente criado pelo **Ministério da Cultura**:

1) Fortalecer as manifestações culturais indígenas.

Considerando que a preservação do patrimônio cultural não se dá sem as devidas condições de sobrevivência material, é obrigação do Estado, através de políticas de governo, fortalecer as comunidades indígenas para enfrentar as situações decorrentes da invasão de suas terras, dos graves conflitos e das ameaças levadas pela falta de assistência, pela fome e pelo medo. Ao **Ministério da Cultura** cabe “apoiar material e politicamente as iniciativas concretas procedentes das comunidades indígenas, no sentido de expressar e reafirmar publicamente, seja dentro das aldeias ou em contextos interétnicos, a sua fé nos valores e instituições centrais desses povos”, em especial o apoio a modalidades de experiências como os centros culturais sob controle e direção dos próprios

índios. Nas várias regiões do país, as limitações materiais, a desinformação e o preconceito da população não-indígena dificultam a reafirmação das tradições, a fidelidade aos seus valores centrais e a expressão das suas identidades. Apesar das limitações orçamentárias e dificuldades de operacionalização das políticas de fomento cultural, o que se espera do **Ministério da Cultura** é uma atitude inovadora, solidária, em permanente compromisso com a valorização dessas culturas e com os esforços efetivos dessas comunidades, de atualização e divulgação para as futuras gerações. É fundamental também propiciar um diálogo cultural respeitoso e construtivo, não só entre os próprios povos indígenas como também entre eles e os múltiplos setores da sociedade não-indígena brasileira.

As lideranças indígenas participantes do **Fórum Cultural Mundial** chamaram a atenção de todos para “o verdadeiro assalto cultural que nos últimos anos diversos povos indígenas vêm sofrendo por parte de invasores de suas terras e vizinhos ambiciosos”, utilizando os mais diversos expedientes, desde a hostilização aberta em relação às práticas rituais até “artifícios mais insidiosos, como a atuação agressiva e etnocêntrica de igrejas com variadas orientações confessionais, que se alojam nas proximidades das aldeias, atraem inicialmente crianças e mulheres, e na seqüência passam a inibir as manifestações tradicionais”. Tais fatos “merecem uma atenção das autoridades por ameaçar perigosamente a reprodução e continuidade das culturas indígenas e em nada contribuem para a manutenção da diversidade cultural constitutiva do Brasil”.

2) Lutar contra o preconceito e promover de campanhas de divulgação e valorização das culturas indígenas.

Criação de campanhas voltadas para os diferentes setores da opinião pública, de divulgação e informação sistemáticas, com qualidade, diversas das que estão presentes atualmente nos meios de comunicação de massas. É “fundamental dar a conhecer ao povo brasileiro a riqueza cultural dos povos indígenas, planejando e apoiando mostras que informem sobre o valor e a complexidade desse patrimônio intelectual”, que recuperem a importância da presença indígena na formação das identidades, das instituições e do território nacional. As lideranças manifestam seu protesto contra a visão antiquada, distorcida com que os meios de comunicação manipulam as suas imagens, sempre de modo descontextualizado, estimulando o permanente sentimento de rejeição e desconfiança. Consideram “fundamental compreender o indígena não mais como um objeto colonial, mas como sujeito histórico em busca de melhores condições de vida para a sua coletividade, postulando um espaço político próprio, adequado ao exercício de uma cidadania diferenciada”.

Com a participação ativa das organizações indígenas, as lideranças propõem as atividades de divulgação associadas às práticas escolares, sobretudo investindo no ensino primário e médio, por compreender que aí são inculcadas as orientações valorativas mais profundas entre a grande maioria das pessoas. Recomendam investimento específico na produção e veiculação de instrumentos de comunicação diversos, como livros, vídeos, CDs, sempre com a participação ativa das organizações indígenas. E ainda, que sejam aproveitados como canais efetivos de divulgação e informação de projetos os diferentes fóruns de articulação entre o **Ministério da Cultura** e as secretarias estaduais e municipais de cultura, estabelecendo parcerias visando a ampliação do alcance e da repercussão das medidas preconizadas.

3) Romper com a marginalização dos povos indígenas em relação ao acesso aos bens culturais do país.

A exclusão social à qual estão submetidas as comunidades indígenas impede que elas tenham acesso à produção e à circulação nacional de bens culturais. É, portanto, “necessário que o governo se comprometa com a garantia do acesso do povo indígena não só à sua própria cultura e à de outros povos, como também a toda e qualquer produção cultural e artística que mereça o apoio e

o patrocínio governamental, em todas as áreas da cultura (literatura, cinema, artes plásticas, música, dança, teatro, fotografia etc)”.

4) Elaborar uma política cultural indígena em parceria com os povos indígenas.

Uma política cultural tem que ser vivida, atualizada e colocada em prática, não pode ser imposta. Cabe ao **Ministério da Cultura** “propor uma metodologia de atuação, que contemple efetivamente a interlocução com as representações indígenas”. A sugestão é a de “organização de um Grupo de Trabalho (GT) dentro do Ministério da Cultura, que garanta a discussão da problemática indígena junto aos próprios interessados”.

Além desses quatro eixos temáticos, foi proposto ainda um quinto eixo, relacionado ao respeito à propriedade intelectual e proteção aos conhecimentos tradicionais, que o GT entendeu estar inserido nas proposições dos eixos acima definidos.

GT Políticas Públicas para as Culturas Indígenas

As discussões de cada um dos eixos levaram às reuniões do GT expositores dos mais variados órgãos do governo federal, que em suas áreas de atuação apontavam as possibilidades de diálogo com os objetivos do GT. Assim, foram feitas exposições e discussões sobre o Sistema MINC, os Pontos de Cultura, Cultura Digital, Leis de Fomento, IPHAN (Patrimônio Imaterial, Museus e Memoriais), MEC (Material didático para escolas indígenas), SEPIIR, Turismo em Áreas Indígenas, compromissos do MRE com o Mercosul e circulação de bens culturais (artesanatos, importações e exportações, pirataria), exposições no exterior, patentes e apropriação de conhecimentos tradicionais e uma multiplicidade de outros temas que, de forma direta ou indireta, foram incorporados nas propostas finais.

Dentro de cada eixo temático fundamental, foram estabelecidas as seqüências de prioridades, que são relacionadas a seguir.

Eixo 01 – Fortalecimento das manifestações culturais indígenas:

1 – Realizar atividades de formação continuada para os povos indígenas, proporcionando acesso às informações e procedimentos para a elaboração e execução de projetos culturais, propostos por entidades públicas e privadas. Priorizar atividades regionais de formação, para a elaboração e execução participativa de projetos culturais.

2 – Realização de Editais específicos do **Ministério da Cultura** para os povos indígenas, para financiamento de projetos voltados à valorização das suas manifestações culturais.

2.1 - Redefinição dos procedimentos e exigências burocráticas para o financiamento de projetos e atividades dos povos indígenas.

2.2 – Realização de Edital específico de Pontos de Cultura para os povos indígenas.

3 – Participação do **Ministério da Cultura** e dos povos indígenas na formulação de políticas públicas de etno-turismo em áreas indígenas, que respeitem as formas de expressão e valores próprios dessas coletividades.

4 – Disponibilizar no site do **Ministério da Cultura** assuntos e questões concernentes às culturas indígenas, garantindo o seu protagonismo.

5 – Solicitar ao IPHAN o cadastramento dos sítios arqueológicos de interesse dos povos indígenas, situados dentro e fora das terras indígenas, instituindo um canal permanente de discussão dos meios de proteção desses sítios.

Eixo 02 – Valorização das culturas indígenas – Luta contra o Preconceito e Promoção de Campanhas de Divulgação:

- 1 – Promover periodicamente campanhas de valorização das culturas indígenas .
- 2 – Criação de Prêmios para iniciativas exemplares de promoção, fortalecimento, circulação, intercâmbio e divulgação das culturas indígenas.
- 3 – Estabelecer termos de parceria e de cooperação entre o **Ministério da Cultura** e as organizações indígenas, para fortalecer as culturas e estimular o protagonismo de suas organizações.

Eixo 03 – Garantia de acesso dos povos indígenas aos bens culturais:

- 1 – Fomentar a produção, o intercâmbio e a circulação dos bens culturais indígenas em âmbito regional, nacional e internacional.
 - 1.1 – Garantir o acesso dos povos indígenas aos bens e serviços culturais disponíveis a todos os cidadãos brasileiros.
 - 2 – Valorizar os museus e centros culturais indígenas, como instrumentos privilegiados de divulgação da diversidade cultural do país, favorecendo programas de utilização desse importante patrimônio cultural, em benefício dos povos indígenas e das comunidades locais.
 - 2.1 – Adequação da Política Nacional de Museus, visando o protagonismo dos povos indígenas.
 - 2.2 – Apoio à criação de redes de museus e centros culturais indígenas.
 - 3 – Favorecer a articulação do **Ministério da Cultura** com o Ministério da Educação, visando maior apoio e interação com as ações de educação indígena, valorizando as suas formas próprias de produção de conhecimento e de intercâmbio com as demais culturas.

Eixo 04 – Elaboração de uma Política Cultural em parceria com os povos indígenas:

- 1 – Reconhecimento, pelo **Ministério da Cultura**, do GT de Culturas Indígenas como colegiado setorial permanente, integrado ao processo da Conferência Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.
- 2 – Participação de representantes do GT/Colegiado Setorial no Conselho Nacional de Políticas Culturais.
- 3 – Realização periódica de encontros de povos indígenas, em âmbito nacional e latino-americano.

Além das seqüências de prioridades contempladas pelos quatro eixos temáticos, foram realizadas pelo GT **duas propostas de projeto piloto**, a serem implementadas na seqüência dos trabalhos programados ainda para o ano de 2006: 1) Campanha de Valorização das Culturas Indígenas; 2) Curso de Capacitação em Projetos Culturais e Mecanismos de Incentivo para Multiplicadores Indígenas (ver anexo).

Para ser implementado, o projeto da Campanha de Valorização das Culturas Indígenas depende, fundamentalmente, do envolvimento da Casa Civil e das parcerias propostas.

A seguir, a reprodução, na íntegra, do texto das **Considerações Finais**, referente ao Relatório Síntese, do Secretário Sérgio Duarte Mamberti, assinado em conjunto com Ana Maria Villalba, também da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID):

“ Ao iniciarmos este trabalho, nossa intenção era a de garantir espaço para que os povos indígenas pudessem ser ouvidos e, dessa forma, estimular a abertura de novos canais, possibilitando a transformação das mentalidades daqueles que consomem e pensam a cultura.

Qual não foi nossa surpresa ao depararmos com um infinito e rico universo da diversidade cultural, a cultura indígena, tão forte e resistente quanto as outras manifestações culturais, hoje valorizadas que em tempos remotos também sofreram resistência e desrespeito, na presença viva, ativa, consciente e dinâmica em nosso GT.

É essa a nossa esperança de novos tempos. Tempo em que o terreno está fértil dos conhecedores da tradição e do novo, que araram e prepararam a terra para este momento.

As nossas culturas indígenas, que tanto encantam os estrangeiros e começam a ser absorvidas e discutidas em nosso país, é a base matricial da nossa cultura. É hora das escolas, dos administradores e patrocinadores perceberem o quanto estiveram afastados da sua verdadeira identidade, hora de uma revisão nos valores e conceitos, reconstruindo suas propostas e ações.

O diálogo que se reestabeleceu a partir do GT não tem possibilidade de retrocesso. As manifestações mais genuínas de nossas culturas indígenas conseguiram se expressar e está sendo construído um novo olhar sobre nossa identidade e diversidade cultural. Nesse sentido, é fundamental que seja oferecido a todos, em especial às nossas crianças, a possibilidade de conhecer e amar o seu país.

Com o Relatório-Síntese dos Trabalhos do GT, construído a várias mãos, que apresentamos, estamos oferecendo alternativas para que administradores públicos, políticos, empresários, educadores e pais voltem seus olhares para a própria cultura, para si mesmos e valorizem o que têm de melhor.

Os protagonistas da cultura indígena estão aí, dispostos a contribuir, brilhar e encantar-nos com sua sabedoria, criatividade e beleza. Dessa forma, convidamos a todos, instigando a responsabilidade de todos, para que estejam, irremediavelmente, contagiados a reconstruir um país mais justo e belo.

Acreditamos que iniciamos um importante passo estatal rumo ao reconhecimento público desse setor, evidenciando e legitimando a importância das expressões culturais indígenas para o complexo da identidade, da cidadania, para o processo de inclusão social e cultural brasileiro, buscando dar prosseguimento e, ao mesmo tempo, ampliando o significado dessa missão institucional.

As ações aqui propostas justificam-se ainda e, eminentemente, pela necessidade de implementação – juntamente com as representações dos povos indígenas e setores transversais de governo – de algumas diretrizes e ações propostas e acatadas, em procedimentos regulares do Grupo de Trabalho, das quais destacamos como prioritárias:

- Acompanhamento do Edital – específico – para premiação de projetos de Fomento às Expressões Culturais Indígenas;

- *Indicação, assessoramento e acompanhamento de um representante indígena para o Conselho Nacional de Cultura;*

- *Implementação do 1º Encontro Latino-americano da Cultura dos Povos Indígenas;*

- *Constituição da Rede Latino-americana dos Povos Indígenas.*

Nosso trabalho não finda aqui, é apenas o começo, que se estende para as culturas indígenas, e outros grupos que fazem suas próprias culturas, com a mesma paixão, característica da equipe da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural.”

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA ABA NO GT POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS INDÍGENAS

A experiência de um ano de trabalho com uma equipe heterogênea, voltada para a proposição de políticas públicas para as culturas indígenas, propicia um farto material etnográfico de reflexão sobre uma multiplicidade de aspectos. Os relatórios, as atas das reuniões, as falas governamentais, os posicionamentos das lideranças, as anotações pessoais, a acervo visual coletado e outros tipos de registros espontâneos remetem a temas bastante valorizados pela produção antropológica contemporânea no Brasil, merecendo um tratamento mais demorado, podendo se configurar como uma contribuição oportuna para importantes discussões, dentre elas a diversidade do movimento indígena no Brasil, o papel do antropólogo na perspectiva das lideranças e dos próprios agentes culturais e a visão dos vários órgãos governamentais sobre os povos indígenas e suas culturas (MEC, IPHAN, MINC, MRE, Ministério do Turismo e outros, que apresentaram suas áreas de atuação),

Os antropólogos participantes do GT, representantes da ABA, do Museu Rondon (UFMT) e do Museu Nacional (UFRJ) buscaram contribuir sem interferir nos posicionamentos das lideranças indígenas, compreendendo as possibilidades e limitações do próprio movimento. O esforço foi no sentido de assessorar o diálogo entre os índios e o **Ministério da Cultura**, procurando colocar à disposição as perspectivas antropológicas do debate sobre questões que se apresentavam como fundamentais.

Uma dessas questões foi, sem dúvida, a própria definição de cultura. Foi feito o esforço de desnaturalizar o conceito, concebido geralmente como uma somatória de traços culturais, para compreendê-lo enquanto um universo de símbolos ao qual recorrem seus portadores para situar-se em relação aos Outros. Isso implica no reconhecimento da importância dos portadores da cultura como os mais legítimos para definir quais traços culturais serão relevantes para levar em conta na definição das políticas públicas. Foram feitas intervenções também no sentido de problematizar a visão de que há culturas indígenas mais “primitivas” que outras, evitando uma postura de hierarquização das culturas, que vê as próprias culturas indígenas como “primitivas” em relação às não-indígenas. Se o esforço de problematizar o conceito foi bem sucedido, ele estará refletido nos documentos finais do GT.

Houve também a preocupação de contribuir para a problematização da noção de “indianidade”, procurando acompanhar as intervenções acerca do ressurgimento de etnias no Brasil contemporâneo, algo que merece mais discussão entre os próprios índios que, às vezes, na disputa pelos escassos recursos governamentais, encontram dificuldades para reconhecer a indianidade de certas etnias, que não partilham uma visão conservadora sobre as culturas. Como têm apontado as importantes contribuições do Prof. João Pacheco de Oliveira, a condição de indígena passa necessariamente pela historicidade da tutela no Brasil, nas especificidades das relações de

dominação estabelecidas pelo Estado sobre povos indígenas, não tendo necessariamente conexão com a “preservação” de traços culturais.

Ainda dentre outras colocações, a representação da ABA também procurou se posicionar em relação à crítica especificamente feita pelo Xavante representante do IDETI a respeito do “descompromisso” dos antropólogos em relação aos povos que estudam, particularmente antropólogos estrangeiros, que entram em áreas indígenas para saquear as culturas. A postura foi a de reconhecer que existe uma diversidade muito grande no fazer antropológico, informando que a ABA não é responsável pela entrada de antropólogos estrangeiros no país (que passa pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo CNPq e outros) e assumindo que o melhor controle sobre a produção e o comportamento dos pesquisadores deve ser feito pelos próprios povos indígenas, que são, em última instância, os principais interlocutores e principais interessados.

Apesar das dificuldades decorrentes da convivência de diferentes maneiras de pensar, de diferentes perspectivas e interesses, a experiência foi positiva, chegando ao seu final com uma proposta que contemplou o esforço de todos e que reflete as possibilidades, levando em conta as potencialidades e limitações estruturais e contextuais.



Membros do GT: Josafá Padilha Freire (APOINME); Fidélis Baniwa (COIAB); Romancil Kretã (ORCIP-CORIM); Makupá Kaiabi (ATIX); Jurandir Siridiwê Xavante (IDETI); Adolfo Verá Mirim (CEPISP); Nino Fernandes (Museu Magüta); Ivan L. Guarani (OIT); Maria Fátima Roberto Machado (ABA); João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional - UFRJ); Aloir Pacini (Museu Rondon – UFMT); Ana Gita de Oliveira e Ana Julieta T. Cleaver (IPHAN); Ivair A. dos Santos e Sidnei Costa (CNDC-SEDH); Marcos Alves de Souza (Secretaria de Políticas Culturais – MINC); Sérgio Pinto (Secretaria de Articulação Institucional-MINC).

Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID): **Sérgio Duarte Mamberti (Secretário)**; Ricardo Anair Barbosa de Lima (Sub-Secretário). Equipe Técnica: Álvaro Pontes de Magalhães Júnior; Ana Maria A. B. Villalba; Maria Virgínia da Silva Martins; Maxinaldo Rodrigues.

ANEXO I

CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS E DOS POVOS INDÍGENAS (Projeto-piloto)

JUSTIFICATIVA	A sociedade brasileira não-indígena tem uma visão superficial e bastante distorcida acerca das culturas e sociedades indígenas, em geral influenciada pelas relações históricas e atuais de dominação, que subjagam e inferiorizam o conhecimento e o modo de viver das centenas de povos que habitam e habitavam o Brasil desde antes da conquista. Uma campanha de valorização da diversidade sócio-cultural do Brasil irá reforçar as lutas pelas garantias dos direitos constitucionais dos índios, abrindo espaço para a manifestação de suas lideranças jovens e tradicionais, consolidando a memória dos seus heróis e incentivando o respeito ao saber dos idosos e aos saberes acerca da natureza.
OBJETIVO GERAL	Promover e colaborar no fortalecimento das culturas dos povos indígenas, em busca da valorização da diversidade sócio-cultural brasileira e da luta pelo exercício dos seus direitos constitucionais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none">1 – Promover a valorização das identidades dos povos indígenas junto à sociedade nacional, como forma de lutar contra o preconceito étnico, reconhecendo as especificidades dos diversos povos.2 – Promover a divulgação da diversidade cultural dos povos indígenas, especialmente a riqueza de suas expressões culturais (música, dança, rituais, culinária, artes visuais etc) e a importância da proteção de sítios de interesse histórico, ambiental e cultural.3 – Promover a valorização das expressões da cultura material e imaterial, de origem indígena e presentes na cultura brasileira, reforçando a importância dos povos indígenas em nossa formação cultural.4 – Divulgar episódios históricos de resistência dos povos indígenas e de suas lideranças, frente a processos predadores e genocídios.5 – Divulgar a importância da sabedoria e dos conhecimentos dos povos indígenas, especialmente em relação a usos sustentáveis da biodiversidade.6 – Defender a priorização das políticas públicas de proteção dos direitos dos povos indígenas.
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	<ol style="list-style-type: none">1 – Criação de prêmio anual visando o destaque de ações e projetos exemplares, realizados por comunidades, lideranças, organizações indígenas e parceiros dos povos indígenas. 2.0.□.□.□.□.□.□.□□□□ – Realizar eventos de entrega dos prêmios, garantindo ampla divulgação e visibilidade.2 – Criação de programas de televisão, com apresentação de manifestações culturais; reportagens sobre o cotidiano das comunidades indígenas, sobre

	<p>práticas e projetos exemplares, denúncias de ameaças enfrentadas, nas aldeias e nas cidades; divulgação permanente dos direitos indígenas e outros assuntos de seu interesse.</p> <p>3 – Utilização de outros meios para a campanha: programas de rádio, Internet, edição de materiais didáticos, livros para campanha nos sistemas escolares e outros.</p> <p>4 – Estímulo à produção e exibição de vídeos e filmes sobre a temática da campanha, bem como a realização de mostras e festivais.</p> <p>5 – Campanha publicitária com “spots” e folheteria.</p> <p>6 – Propiciar visibilidade às etnias indígenas junto à sociedade nacional, através de campanhas institucionais do Governo Federal.</p>
PARCERIAS	<p>1 – Organizações culturais e ONGs dos povos indígenas;</p> <p>2 – Governo Federal – Poder Executivo: Ministério da Cultura; Secretaria de Comunicação (SECOM); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Radiobrás; Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);</p> <p>3 – Emissoras de Redes Públicas de TV: Tve’s, Sistema S e outras;</p> <p>4 – Redes de TV Aberta e a Cabo;</p> <p>5 – Organismos internacionais: UNESCO, bancos de fomento;</p> <p>6 – Governos estaduais e municipais;</p> <p>7 – Redes de ensino: fundamental, médio e superior</p> <p>8 – Redes de Museus;</p> <p>9 – ONGs indigenistas.</p>
PÚBLICO ALVO	<p>1 – Segmentos da sociedade nacional brasileira;</p> <p>2 – Povos indígenas, especialmente a juventude.</p>
PRINCIPAIS PERIGOS A EVITAR	<p>1 – Reforçar imagens que destaquem o “exótico”, o “selvagem” e o “folclórico”</p> <p>2 – Exclusão das lideranças e organizações indígenas</p>

Para melhor cumprir com o objetivo de fortalecimento das manifestações culturais indígenas, o GT considerou necessário fortalecer as organizações indígenas, propiciando-lhes oficinas de capacitação, visando o domínio das técnicas de formulação e implementação de projetos culturais, facilitando-lhes o acesso aos mecanismos existentes de apoio e incentivo à cultura.

ANEXO II

Curso de Capacitação para Multiplicadores Indígenas: Projetos Culturais e Mecanismos de Incentivo às Culturas (Projeto-piloto)

OBJETIVO GERAL	Capacitar lideranças e quadros indígenas para a elaboração e formatação participativa em projetos culturais
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>1 – Propiciar informações técnicas referentes aos formulários de acesso às linhas de fomento do Ministério da Cultura, facilitando o acesso das comunidades indígenas a essas linhas e exercitando o acesso à Internet e à navegação no portal do MINC.</p> <p>2 – Estimular o registro e outras formas de fortalecimento das expressões das culturas material e imaterial das etnias indígenas do Brasil.</p> <p>3 – Trocar experiências referentes a projetos de fortalecimento e fomento das expressões das culturas material e imaterial das etnias do Brasil.</p> <p>4 – Manter informadas as lideranças indígenas sobre os resultados das atividades do GT de Culturas Indígenas e sobre as diretrizes assumidas pelo Ministério da Cultura para o fortalecimento das culturas indígenas no Brasil.</p>
PÚBLICO ALVO	Quarenta lideranças e/ou quadros indígenas vinculados a entidades indígenas das cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Serão contemplados todos os estados com população indígena, proporcionalmente.
METODOLOGIA	<p>A metodologia de elaboração participativa de projetos consiste em:</p> <p>1 – Apresentação de alguns conceitos básicos.</p> <p>2 – Etapas necessárias e elaboração de projetos de forma participativa e que propiciem as informações essenciais para a formatação dos mesmos.</p> <p>3 – Diferenciação entre a etapa de elaboração (que inclui a mobilização comunitária e a construção da vontade coletiva de realizar determinados objetivos/projetos) e a etapa de formatação dos projetos (redação e preenchimento de formulários para captação de recursos).</p> <p>4 – Dinâmica da oficina centrada na elaboração de projetos pelos participantes, baseada em pequenos grupos, que construirão coletivamente um projeto, com facilidade para interagir, trocar experiências e a apropriar-se melhor dos conceitos e das informações que serão repassadas durante a oficina, organizada em dois módulos:</p> <p style="padding-left: 20px;">A) O primeiro módulo terá a duração de cinco períodos (dois dias e meio) e incluirá um exercício prático de conceitos, referentes à formatação participativa de projetos. Cada grupo selecionará um tema e formulará o projeto, utilizando a dinâmica de grupos e plenárias, socializando as experiências, equacionando as dúvidas e dificuldades. Será utilizado o recurso de tarjetas para objetivar e sistematizar as informações de cada grupo. As tarjetas serão elaboradas pelos grupos e organizadas em painéis. Todos os integrantes de cada grupo anotarão os resultados finais de cada passo, para efetuar, posteriormente, o exercício com o formulário do FNC (Fundo Nacional de Cultura).</p> <p style="padding-left: 20px;">B) O segundo módulo terá a duração de três períodos (um dia e meio) e todos os participantes terão a oportunidade de exercitar o preenchimento do formulário (no caso do FNC), ocasião em que</p>

	<p>irão transpor as informações do projeto elaborado para o formulário, ter contato com as dificuldades, com a linguagem e conceitos técnico-burocráticos do Ministério da Cultura. Neste módulo, os participantes simularão uma situação de preenchimento do formulário do FNC, considerando as eventuais alterações introduzidas, referentes ao Edital de Culturas Indígenas. Pretende-se que sejam esclarecidas todas as dúvidas referentes a cada item do formulário, assim como todas as demandas relacionadas à documentação necessária ao estabelecimento de convênios ou contratos. Pretende-se também introduzir alguns conceitos básicos, referentes à gestão técnica e administrativa de projetos, a partir de critérios participativos, um exercício que será realizado com a utilização de computadores. Os participantes terão contato com o portal do Ministério da Cultura e acesso aos formulários, com esclarecimento de dúvidas relacionadas ao módulo. Os projetos elaborados serão socializados para todos os participantes e servirão de referência para a elaboração de formatação de projetos em suas comunidades.</p>
MANUAL DE ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE PROJETOS	<p>Para dar suporte conceitual à oficina será elaborado um manual, denominado “Elaboração Participativa de Projetos”, contendo conceitos e procedimentos básicos, principalmente de natureza cultural, considerando as especificidades das demandas desse público-alvo. O manual será apresentado através de Powerpoint, durante o primeiro módulo da oficina, orientando cada atividade desse módulo. Cada participante contará com uma cópia desse manual.</p>
EQUIPE TÉCNICA	<p>A equipe técnica será constituída por um moderador, que terá o papel de coordenar todas as etapas da oficina, monitores, que darão suporte técnico ao trabalho do moderador.</p>
RESULTADOS ESPERADOS	<p>1 – Aprendizado de conceitos básicos sobre a metodologia participativa de elaboração de projetos; 2 – Aprendizado de conceitos básicos comuns aos formulários, voltados para o financiamento de projetos culturais (assim como projetos de outra natureza); 3 – Esclarecimentos sobre os requisitos técnicos e burocráticos necessários à apresentação de projetos e realização de convênios com o Ministério da Cultura; 4 – Aprendizado de procedimentos básicos para acesso à Internet e navegação no portal do Ministério da Cultura; 5 – Socialização das ferramentas, como referência para a elaboração e formatação dos projetos nas comunidades indígenas.</p>
PRODUTOS	<p>Espera-se que cada participante elabore as linhas básicas de um projeto, de acordo com os conceitos e as demandas técnicas do formulário do FNC, acumulando condições qualitativas para participar do Edital de Culturas Indígenas e de outros editais que contemplem as culturas indígenas.</p>